

Da seringueira ao Estado: governança, território, indígenas e a economia da borracha na formação do estado do Acre

Del árbol del caucho al Estado: gobernanza, territorio, pueblos indígenas y la economía del caucho en la formación del estado de Acre

From the Rubber Tree to the State: Governance, Territory, Indigenous Peoples, and the Rubber Economy in the Formation of the State of Acre

AUTOR

Virgilio Bomfim Neto*

abomfim.virgilio@gmail.com

* Doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Brasil).

RESUMO:

O presente artigo examina as interações entre povos indígenas, colonos e o governo brasileiro durante a formação do estado do Acre, tomando como eixo a expansão da economia da borracha e as políticas expansionistas e integracionistas dirigidas aos povos da região. A intensa migração de seringueiros e os conflitos decorrentes da exploração da seringueira impulsionaram disputas territoriais entre Brasil, Peru e Bolívia. A instalação dos barracões e a consolidação do sistema seringalista produziram encontros nos quais os povos indígenas atuaram como guias, intérpretes e mediadores fundamentais, fornecendo conhecimentos territoriais decisivos para a exploração da borracha. O artigo reinterpreta esse processo sob uma perspectiva etno-histórica, enfatizando a agência indígena na constituição de alianças, confrontos e estratégias que moldaram a ocupação regional. Ao destacar a história dos povos Yawanawa e Noke Koi, propõe uma revisão crítica das narrativas tradicionais, evidenciando o protagonismo indígena na formação histórica e territorial do Acre.

RESUMEN:

Este artículo examina las interacciones entre los pueblos indígenas, los colonos y el gobierno brasileño durante la formación del estado de Acre, centrándose en la expansión de la economía del caucho y en las políticas expansionistas e integracionistas dirigidas a los pueblos de la región. La intensa migración de los *seringueiros* y los conflictos derivados de la explotación del árbol del caucho impulsaron disputas territoriales entre Brasil, Perú y Bolivia. El establecimiento de los barracones y la consolidación del sistema *seringalista* dieron lugar a encuentros en los que los pueblos indígenas actuaron como guías, intérpretes y mediadores fundamentales, aportando conocimientos territoriales decisivos para la explotación del caucho. El artículo reinterpreta este proceso desde una perspectiva etnohistórica, enfatizando la agencia indígena en la configuración de alianzas, confrontaciones y estrategias que moldearon la ocupación regional. Al destacar la historia de los pueblos Yawanawa y Noke Koi, propone una revisión crítica de las narrativas tradicionales, poniendo de relieve el protagonismo indígena en la formación histórica y territorial de Acre.

ABSTRACT:

This article examines the interactions among Indigenous peoples, settlers, and the Brazilian government during the formation of the state of Acre, focusing on the expansion of the rubber economy and the expansionist and integrationist policies directed toward the peoples of the region. The intense migration of rubber tappers and the conflicts arising from the exploitation of rubber trees fueled territorial disputes among Brazil, Peru, and Bolivia. The establishment of rubber estate outposts and the consolidation of

the rubber plantation system created encounters in which Indigenous peoples acted as essential guides, interpreters, and mediators, providing crucial territorial knowledge for rubber extraction. The article reinterprets this process from an ethnohistorical perspective, emphasizing Indigenous agency in the formation of alliances, confrontations, and strategies that shaped the regional occupation. By highlighting the history of the Yawanawa and Noke Koi peoples, it offers a critical reassessment of traditional narratives, underscoring Indigenous protagonism in the historical and territorial formation of Acre.

1. Da seringueira ao Estado: a borracha e a invenção do Acre

A formação do Estado do Acre constitui um episódio complexo e multifacetado da história brasileira marcado simultaneamente pelo legado colonial em suas estratégias de ocupação e exploração econômica e pelos primeiros passos de uma república em construção, empenhada na definição de territórios e na afirmação de um projeto nacionalista. Igualmente, que todo novo território adentrado, é marcado por uma intensa rede de interações entre colonos, povos indígenas e o governo federal. O impulso inicial para a migração massiva de seringueiros à região, motivado pela exploração econômica da seringueira, desencadeou uma série de conflitos territoriais e diplomáticos envolvendo Brasil, Peru e Bolívia (Bezerra, 2005; Rodriguez, 2016; Tocantins 1979).

A chegada dos seringalistas e o estabelecimento dos barracões não apenas transformaram significativamente o ambiente físico, mas também reconfiguraram profundamente as relações sociais e territoriais, produzindo novos contextos de convivência, aliança e conflito entre indígenas e colonos num período marcado pela atuação indireta do Estado, que com mecanismos formais de controle bastante limitados deixava nas mãos dos mateiros e “amansadores de índios” a ocupação e a conquista do território.

Elaborado a partir da conferência apresentada no *III Congresso Internacional de Ciências Sociais e Humanas, Brasil 1824–2024: entre centralismo e descentralização*, este artigo busca identificar, a partir das narrativas indígenas, o conjunto de táticas de resistência e articulação sociopolítica, bem como as estratégias de ação que interferiam na ocupação do território e determinaram os rumos da empresa seringalista na região. Longe de constituírem sujeitos passivos à espera da chegada da “civilização”, essas estratégias evidenciam que os povos indígenas atuaram como sujeitos de sua própria história, negociando, tensionando e redefinindo os arranjos políticos e territoriais. Além disso, destaco a expansão da economia borracha a partir de alianças e conflitos, mostrando que os indígenas e seus conhecimentos foram parte constitutiva na formação dos territórios e das dinâmicas sociopolíticas.

Entre 2014 e 2019, foram conduzidas pesquisas etnográficas nas aldeias Yawanawa e Noke Koi, possibilitando a realização de entrevistas com lideranças e demais membros das T.I. do rio Gregório e T.I. Campinas-Katukina. Esse trabalho de campo permitiu acessar memórias e perspectivas locais acerca do encontro entre indígenas e patrões seringalistas.

Paralelamente, a revisão dos arquivos Serviço de Proteção ao Índio incluiu a análise de documentos oficiais, relatórios administrativos, correspondências e registros diversos que evidenciam as políticas de contato e tutela implementadas pelo Estado brasileiro (Freire, 2009; 2011). A conjugação desses dados com a revisão bibliográfica, focalizando o período de 1860 a 1910, abordando a economia da borracha, a ocupação do território acreano e seus impactos sobre os povos indígenas, permitiu situar o estudo dentro de uma perspectiva ampla da etnohistória do Acre, articulando elementos econômicos, sociais e políticos da consolidação do território.

A partir desse conjunto de fontes, procuro examinar como a exploração econômica da seringueira e a consequente migração para o Acre provocaram reconfigurações sociais e espaciais para os povos indígenas, que, diante de perseguições e situações de extermínio ou cativeiro, mobilizaram estratégias de resistência e aliança, desempenhando, mesmo sob coerção, um papel central na história da borracha.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas
indigenistas;
Etnicidade; Brasil
republicano;
Yawanawa.

PALABRAS CLAVE

Políticas
indigenistas;
Etnicidad; Brasil
republicano;
Yawanawa.

KEYWORDS

Indigenous
policies; Ethnicity;
Republican Brazil;
Yawanawa.

Recibido:
17/07/2024

Aceptado:
20/07/2026

Coloca-se em análise o impacto da economia da borracha não apenas no ambiente físico amazônico, mas também na sociabilidade interétnica e nos arranjos estabelecidos entre indígenas e seringueiros. Ao examinar a introdução de políticas indigenistas pelo Estado, de caráter tutelar, expansionistas e moldados pelos interesses econômicos e territoriais da nação, o artigo expõe como essas políticas tinham por diretriz principal subordinar os povos indígenas, ao criarem formas de mediação e controle que priorizam os interesses nacionais, tratando os indígenas como elementos estratégicos na implementação dos objetivos governamentais na fronteira amazônica.

Por fim, busca-se evidenciar como essas dinâmicas interétnicas, sociais e territoriais se imbricam com a expansão econômica e com as estratégias governamentais que orientaram o processo de formação do estado do Acre. Destaca-se nesse percurso rearranjos sociais e espaciais desencadeados por esses encontros, marcados por assimetrias, negociações e conflitos e suas repercussões na experiência histórica e contemporaneidade dos povos indígenas. Assim, proponho uma leitura integrada das relações interétnicas, das dinâmicas de etnicidade, dos dispositivos de governança e das estratégias de territorialização.

2. Seringais e fronteiras: a borracha territorializando o Acre

O Acre se tornou território brasileiro apenas em 1903 com a assinatura do Tratado de Petrópolis. Até então, apesar de o território não estar ocupado por colonos, a região pertencia à Bolívia como resultados de acordos históricos que começam desde 1494 com Tratado de Tordesilhas. No século XVII, em busca de novas terras, recursos e das drogas do sertão, a constante incursão dos colonizadores para o oeste do atual Brasil resultou no estabelecimento de entrepostos e na criação de povoados em novas regiões, o que garantiu, ainda que de maneira precária, a efetiva ampliação do território, formalizada com um novo acordo em 1750, o Tratado de Madri.

O acordo ampliava o território da colônia portuguesa, entretanto, a região que corresponde ao Acre seguia parte do território espanhol. Com a independência da Bolívia, em 1825 o território que atualmente compreende ao Acre passa a compor parte do território boliviano. No final do século XIX, essa zona fronteira foi local de intensos conflitos devido ao crescente interesse nas seringueiras (*Hévea Brasiliensis*). Migrantes provenientes do Nordeste do Brasil passaram a adentrar pelo rio Purus e Juruá, tributários do Amazonas, buscando estabelecerem ocupações nas áreas de concentração natural das seringueiras (Rodríguez, 2016; Tocantins, 1979).

Este é o momento em que, para os povos indígenas, se inicia o chamado “tempo das correrias” (Bomfim, 2021; Iglesias, 2008; Rodríguez, 2016), período de extermínio aberto contra as populações nativas e de sucessivos encontros com diferentes grupos Pano, Aruak e Arawá que habitavam a região. Entre esses povos encontram-se os Shanenawa, Kulina, Manchineri, Noke Koi (Katukina)¹, Huni Kui, Nukini, Yawanawa, Puyanawa, Jaminawa, Nukini e Shawādawa (Arara). Tais encontros se intensificaram à medida que a frente de expansão avançava, tanto dos caucheiros peruanos como dos seringueiros brasileiros. Entre as estratégias de resistência indígenas estavam a redistribuição sazonal dos aldeamentos, evitando assim contatos forçados, o recuo estratégico para áreas da floresta distantes dos cursos dos rios e a organização de expedições e emboscadas para atacar as ocupações de seringueiros (Bomfim, 2021; Iglesias, 2008).

Consta em Tocantins (1973) que a região foi alvo de diversas expedições durante a chamada “fase geográfica”, quando autoridades provinciais enviavam encarregados para obter informações, mapear rios e “pacificar” indígenas. Entre 1852 e 1866, destacam-se viagens ao Purus e ao Juruá conduzidas por João Rodrigues Cametá, Serafim Salgado, João Martins da Silva Coutinho e Manoel Urbano.

O contingente de migrantes cresce significativamente a partir de 1861 com o entrada em novas regiões do rio Purus por Manoel Urbano (Rodríguez, 2016; Iglesias, 2008), o que resultou na descoberta de áreas com predominância de seringueiras. Manoel Urbano é reconhecido por empregar diversas estratégias de mediação e aproximação no interior da floresta já utilizadas no período colonial como a introdução de

utensílios e ferramentas, os contatos e alianças com chefias e o recrutamento forçado de indígenas. Essa terra tida como “sem dono” era ocupada, inicialmente às margens dos rios, pontos-chaves para o escoamento da produção e, progressivamente, adentrando no espaço da floresta em busca de novas estradas de seringa. Uma verdadeira corrida pelo ouro, onde os conflitos entre grupos concorrentes desencadearam em mortes e tomada de áreas produtivas.

Progressivamente, entre os conflitos armados de seringueiros na concorrência por áreas ricas em seringueiras e a violência sistemática dirigida contra os povos indígenas, a região foi sendo ocupada. Instalaram-se barracões, redes de escoamento e comércio, e foram estabelecidas trocas com diferentes povos indígenas. A presença do Estado se fazia em controlar a navegação de sertanistas e de agentes regionais da expansão territorial. No entanto, antes do Tratado de Petrópolis, os seringueiros brasileiros já haviam ocupado as principais áreas do território. O aumento do número de brasileiros na região causou atritos diplomáticos entre Bolívia e o Brasil, originando o Tratado de Ayacucho em 1867 (Bezerra, 2005), que por uma parte reconheceu a região como território boliviano e por outro ampliou o território brasileiro, acrescentando uma parcela do território já habitado por seringueiros.

A indústria da borracha cresceu significativamente durante toda a década seguinte, aumentando a migração para a região, que teve um crescimento populacional exponencial entre 1873-1890, resultando na expansão da ocupação de uma região de fronteiras precariamente delimitadas. Reconhecida a gravidade da situação, em 1890, o oficial militar boliviano José Manuel Pando, futuro presidente da Bolívia, notificou o governo de seu país sobre a presença de centenas de seringais e ocupações de brasileiros em território boliviano. Em resposta a esta comunicação, no ano de 1899, a Bolívia implementou um posto administrativo em Puerto Alonso. Este posto foi instituído com o objetivo de regular e fiscalizar as atividades econômicas dos brasileiros na região, através da cobrança de impostos e a imposição de taxas aduaneiras sobre a extração e comercialização de borracha, formalizando assim a administração boliviana sobre o território em questão.

Descontentes com as imposições do governo boliviano e cientes de que já circulavam boatos de que o mesmo tinha planos imediatos de arrendar a região para a Bolivian Syndicate (Bezerra, 2005; Costa, 2002), seringueiros liderados pelo seringalista José de Carvalho formaram um batalhão e para expulsar os bolivianos. Em julho do mesmo ano, Ramalho Junior, governador do Amazonas e o jornalista Luis Galvez, tomaram Puerto Alonso, resultando na vitória dos brasileiros que então dominaram um pequeno território independente nomeado República do Acre em julho de 1899. Em menos de um ano o Estado brasileiro interveio e reconhece ser o território da Bolívia, conforme indicava o tratado de Ayacucho, Galvez é preso e a República do Acre dissolvida.

Os conflitos locais seguem entre 1900-1903, com sucessivas proclamações da República independente. O Tratado de Petrópolis, assinado em 1903, resultou na cessão do atual território do Acre, em troca de territórios do Mato Grosso, o pagamento de 2 milhões de Libras esterlinas, a construção da ferrovia Madeira-Mamoré e a indenização ao Bolivian Syndicate. Ou seja, inicialmente a ocupação da região foi consolidada pelo crescimento do número de assentamentos e aumento da produção dos seringais. Levas de imigrantes incessantes chegavam ao Acre e se apropriaram dos territórios indígenas. Um exército de seringueiros informal associados à empresa seringalista sediada em outros estados apoiaram a tomada do território e o controle sobre a região já bastante povoada.

Sendo o Acre uma das últimas regiões a integrar o território do Brasil as informações etnológicas são mais recentes quando comparadas com outras áreas da América. As primeiras documentações etnográficas remontam a expedição de Chandless (Purus 1864-66, Juruá 1867-68) (1891), a expedição de 1884-1885 da Comissão Hidrográfica do Império (Purus, Juruá Tarauacá e afluentes) com a presença de Capistrano de Abreu, Paul Ehrenreich (1887-88), Euclides da Cunha e a Comissão Mista Brasileiro-Peruana de reconhecimento do Alto Purus (1904-1905). Posteriormente, somam-se as documentações produzidas por Jean-Baptiste Parrissier (1904-1912) e Constantin Tastevin (1909-1929).

3. Alianças e resistências na etnopolítica Yawanawa e Noke Koi

A chegada dos migrantes da borracha foi inicialmente anunciada pelos próprios indígenas, que se deslocavam para escapar das correrias e difundiam informações entre etnias com as quais mantinham alianças. As frentes de colonização, seguindo rios e a disposição das seringueiras, frequentemente se deparam com os indígenas. Seringalistas temiam os indígenas e organizavam emboscadas promovendo o extermínio dos homens e a captura de mulheres e crianças.

Esse conjunto de pressões externas aumentou a mobilidade regional, os encontros entre etnias, os conflitos, as alianças e as formas de ocupação do território (Carneiro da Cunha, 2012). Entre as estratégias indígenas estavam a moradia em áreas isoladas na floresta, mudança sazonal de aldeias e alianças entre povos antes rivais, para o intercâmbio de informações sobre expedições colonizadoras. Quando se tinha notícia de patrões menos violentos era possível o estabelecimento de contato com o intuito de cessar os massacres.

Os seringalistas e caucheiros adentraram a região entre o Ucayali e o Purus acompanhados de indígenas “amansados”, guias experientes que descobriam áreas de seringa e mediavam contatos com outras etnias. Estabelecer alianças com chefias locais era a estratégia mais eficiente utilizada pelos patrões para garantir a produtividade e segurança nos seringais. Os indígenas ensinavam rotas na floresta, os principais rios e igarapés e a localização das árvores de seringa. Em uma segunda etapa auxiliaram na construção de barracões e casas para os patrões, na abertura dos ramais e estradas de seringa, no transporte da borracha para os barracões e embarcações e ocasionalmente com caça e pesca, intercambiados por utensílios diversos como machados, espingardas, terçados, sal, querosene etc. (Iglesias, 2008; Rodriguez, 2016).

Esses serviços caracterizam a primeira fase da empresa seringalista, quando o elevado contingente de trabalhadores não indígenas se somava à gradual incorporação da mão de obra nativa. A participação Yawanawa e de outros povos do Acre na produção e escoamento cresceria posteriormente, durante o período de decadência² da borracha amazônica e do despovoamento dos seringais, quando os Yawanawa afirmam ter vivido um período de escravidão, atados ao barracão e ao controle dos patrões.

Para os indígenas, na primeira fase, as alianças proporcionam acesso a utensílios e proteção em conflitos contra outros colonizadores e povos com os quais mantinham rivalidades, enquanto para os patrões, garantiam acesso às seringueiras e o trabalho indígena. Na segunda etapa, as narrativas de intercâmbio entre lideranças são substituídas por histórias de subjugação e dependência, onde os indígenas se veem endividados e aprisionados aos patrões e a produção da borracha.

O fluxo de aviamento pelos rios reorganizou o convívio entre patrões, seringueiros e indígenas. Embora, progressivamente, algumas chefias indígenas e patrões passassem a estabelecer alianças, era comum nos momentos que antecediam o contato que muitos indígenas abandonassem as aldeias, fugindo para evitar o encontro, pois tinham notícias de massacres de outros povos e temiam as intenções dos recém-chegados.

Os Yawanawa relataram que, quando seus parentes fizeram primeiro contato no Gregório, outros povos que viviam próximos já conviviam com os invasores. Era uma estratégia difundida entre os patrões agregar indígenas interessados em trocar trabalho por mercadorias, garantindo a alianças com os chefes e a estabilidade para as atividades do seringal. Antes mesmo do contato direto com os indígenas, os patrões deixavam nas praias dos rios alguns utensílios de metal, organizados como presentes, para atrair a atenção dos que não queriam conflitos.

As alianças foram decisivas para ocupação da região, que já tinha seus donos legítimos, que conheciam a topografia, os caminhos dos rios e as espécies nativas. Seringalistas e migrantes tinham pouco ou quase nenhum conhecimento sobre a região e aprenderam com os indígenas rotas de circulação, a identificação de espécies úteis para construção, alimentação, técnicas de caça, pesca e manejo da floresta. Se por um lado povos indígenas resistiram a ocupação violenta da região, por outro, foi justamente o contexto de cooperação com as frentes expansionistas, mesmo que coercitiva, que possibilitou parte das condições

de gestação e continuidade da economia da borracha. Outras frentes colonizadoras optaram por atacar diretamente as aldeias com homens armados, dizimando os povos que resistiram a colaborar.

Biraci Nixiwaka relatava que, antes da chegada dos seringueiros, os Yawanawa costumavam estabelecer alianças estratégicas com outra etnias para realizar expedições guerreiras contra malocas inimigas. Zé Gomes acrescentava que esses ataques eram geralmente realizados durante a noite, quando todos dormiam, e que, nesses confrontos, mulheres e crianças eram capturadas. A chegada dos migrantes da borracha não rompeu imediatamente essa lógica de conflito; ao contrário, muitos passaram a depender do conhecimento indígena tanto para sobreviver na floresta quanto para aprender táticas de guerra. Faziam alianças com povos com os quais outras etnias os tinham como rivais e assim atacavam aqueles que não colaboravam.

Eles aprendiam com os indígenas tudo sobre a floresta e aprenderam o nosso jeito de fazer guerra. Isso de atacar aldeia na madrugada, no começo do dia, era igual ao que nós fazíamos. Aqui é a nossa casa, para eles, tudo era muito sofrido, por isso sempre andavam acompanhados de indígenas (Kapakuru Yawanawa).

Nesse contexto, padrões como Ângelo Ferreira³ e Felizardo Cerqueira eram reconhecidos pela capacidade de articulação com caciques, criando intercâmbios onde indígenas se beneficiavam do escambo e seringueiros do conhecimento regional. Esse convívio forçado, imposto também pelo medo das correrias e histórico dos extermínios, promoveu uma reconfiguração profunda das formas de sociabilidade regional, rearranjando alianças que até então seguiam lógicas exclusivamente nativas.

Entre os Yawanawa, conta-se que o encontro com Ângelo Ferreira ocorreu entre 1900-1905, durante a época de pesca e preparação dos roçados⁴. Ângelo Ferreira chegou ao Gregório e subiu até as aldeias Yawanawa⁵. Entre julho e agosto, após a “friagem” os Yawanawa se dedicam à preparação dos roçados e à pesca. A baixa das chuvas, e o aumento da temperatura contribuem para reduzir as águas do rio Gregório, período que coincide com a Piracema na região. O cotidiano do período é de trabalho, no preparo dos roçados e na dedicação à pesca. Ângelo Ferreira chegou pelo *Uacauã*, rio conhecido como Gregório. Ele subiu o rio já acompanhado de vários indígenas de diferentes etnias (Sainawa, Iskunawa, Noke Koi) entre eles um Katukina, que lhe servia de guia e intérprete com os Yawanawa. Conta a história que no momento do encontro esse Katukina pediu imediatamente aos Yawanawa que não fizessem guerra, que Ângelo era uma pessoa boa. O chefe Yawanawa dizia que só falaria com aquele *nawa* se tomassem rapé juntos. Ângelo recebeu um sopro de rapé e momentos depois houve uma grande refeição.

Depois que comeram, Ângelo Ferreira começou a falar e o rapaz Katukina traduzia. Quando o chefe falava, o rapaz fazia a tradução também. Assim se entenderam. Logo o povo indígena ficou sabendo que os homens brancos que estavam matando seu povo eram os caucheiros peruanos. Não eram os seringalistas e seringueiros brasileiros (Vynnya, Ochoa, Teixeira, 2007, p. 20)

Até então os Yawanawa tinham todos os novos “*nawa*”⁶ como inimigos. É a partir desse encontro que se definem os “peruanos do caucho” como inimigos e os brasileiros, Ângelo e os seus, como possíveis aliados. Em relação aos peruanos, os Yawanawa se articulam com seus vizinhos e aliados, os Rununawa, para acabar com os caucheiros do Baxico (Vynnya, Ochoa, Teixeira, 2007, p. 21). Desde então os Yawanawa não se afastaram dos brasileiros e de acordo com as fontes não possuem históricos de conflitos subsequentes.

A história continua com Ângelo Ferreira recebendo de presente uma criança (não ficou claro se Yawanawa ou Iskunawa) que foi para a cidade, aprendeu português e quando se tornou adulto passou a ser o chefe dos Yawanawa e mediador das relações com o patrão. A atuação de Ângelo Ferreira na região ocorreu até 1909, quando foi assassinado por capangas de Alto Furtado. Em seguida aquela região passou a ser de Abel Pinheiro. Mesmo com a mudança de padrões, João Txima continuou intermediando a relação e nesse momento surge uma figura central na memória Yawanawa, Iva Sthivo, conhecido também como Antônio Luiz.

Antônio Luiz era filho de uma Yawanawa com um Ushunawa que havia sido capturado ainda criança em um conflito épico da história Yawanawa. Apesar do pouco prestígio social por ser filho de um mavi, desde muito jovem Iva Sthivo conquistou o prestígio por possuir uma habilidade distinta para o que se esperava de um jovem de sua idade, era bom caçador, tinha habilidade para liderança e logo cedo enveredou para o xamanismo também (Bomfim, 2021).

Entre a família de Iva Sthivo e João Txima ocorreram desavenças relativas ao acesso aos bens. Iva Sthivo se juntou com alguns primos para formar um grupo de trabalho por conta própria. Na memória Yawanawa esse ocorrido acontece pouco antes da morte de João Txima e depois da expulsão de Abel Pinheiro do seringal Marinha pelos “capangas dos cariocas” (Aquino; Iglesias, 1992, p. 23), seringal que posteriormente seria chamado de Caxinauá.

Ao perceberem a chegada dos nawa Iva Sthivo e seu primo se ocuparam em observar os recém-chegados por alguns dias. Caçaram um animal de porte, foram até a praia do rio próximo onde estavam os estranhos e deixaram o alimento que foi retribuído por utensílios deixados no mesmo local. A aliança entre Iva Sthivo e Antônio Carioca se iniciou. Os familiares de Antônio Luiz o seguiram e abriram a aldeia em um local que seria posteriormente conhecido como seringal Caxinauá, onde até recentemente viviam os Yawanawa. Hoje, no “tempo da cultura” o local é chamado de Aldeia Sagrada, Biraci Nixiwaka reabriu uma aldeia no local agora regularmente visitado por estrangeiros para dietas de aprendizagem do xamanismo e rituais (Bomfim, 2021).

A partir de então a relação dos Yawanawa com os “brancos nawa” se perpetuou. Sempre mediados por Antônio Luiz os Yawanawa se reuniam para realizar abertura e limpeza de ramais, estradas de seringa e roçados. Os serviços eram pagos em mercadorias como terçados, machados, querosene, espingardas e segundo vários Yawanawa eram consideradas trocas justas.

As negociações entre Antônio Luiz e Antônio Carioca são relatadas sempre como pacíficas e respeitadas pelos Yawanawa e seringueiros, que seguiam as prerrogativas de seus chefes. Se havia desavenças eram entre pessoas e não os grupos. Enquanto Iva Sthivo esteve vivo, os patrões o respeitavam e resolviam os negócios com ele, “ele era tratado como cacique pelos nawa”, disse um interlocutor. Das negociações surgiu uma aliança entre os dois chefes, Antônio Luiz chegou a ir inclusive a Manaus com o Carioca para vender toras de aguano em troca de bens domésticos úteis para vida na floresta. Foi também batizado de Antônio Luiz pelo rito católico tendo como padrinho Antônio Carioca. É uma pessoa reverenciada e recordada como um exemplo pela sua capacidade de liderança, por ser um excelente caçador, por ter garantido a sobrevivência de seu povo e ser conhecedor das plantas e das rezas e cantos da pajelança.

Seguindo o que indicam os relatos coletados em campo, por um longo período de aproximadamente 60 anos as interações com os brasileiros foram amistosas. Surpreende o apadrinhamento de Iva Sthivo, a sua aliança com Antônio Carioca e a ênfase dos relatos no respeito mútuo que havia entre eles.

Havia forrós entre os seringueiros, *saiti* entre os indígenas. Ocasionalmente festividades reuniam os dois grupos, dessas se diz que Antônio Luiz requisitava que os homens deixassem suas armas com ele, o que todos atendiam evitando assim conflitos desastrosos (Nixiwaka Yawanawa).

Com o trabalho para Antônio Carioca, ele negociava os serviços a ponto de conquistar um rebanho de gado e produzir farinha. Conta-se também que Antônio Luiz reunia seringueiros que por alguma razão desempregados e sem ter como subsistir passavam a trabalhar para a liderança indígena, produzindo açúcar mascavo, cuidando dos roçados e caçando.

Os Noke Koi também relatam um longo período de trabalho nos seringais antecedido por deslocamentos contínuos pela floresta para escapar das correrias. Assim como outros povos do Juruá, ainda nos princípios foram cercados quando a exploração da borracha se intensificou. Nas aldeias Varinawa e Kamanawa diziam que nesse tempo das viviam uma vida itinerante, observando os avanços das frentes e evitando o contato.

Os Noke Koi se viram presos nas garras da economia da borracha e passaram a trabalhar para patrões se estabelecendo no rio Gregório, seringal Sete Estrelas, 5 horas de barco do seringal Caxinawa.

Os Huni Kui (Kaxinawá)⁷ acabaram vinculados à figura de Felizardo Cerqueira, um seringueiro que se tornou patrão e mais adiante “delegado de índios” e articulador da chamada “polícia de fronteira”. Instalado entre os Kaxinawá do Alto Envira, mais tarde levou consigo cerca de 300 Kaxinawá ao Alto Rio Jordão, impondo práticas de disciplina, controle e integração forçada aos seringais, incluindo a marcação das iniciais FC nos braços de homens, mulheres e crianças “amassados por ele”. Ainda assim, muitos Huni Kui lembram esse período como uma época em que cessaram as correrias e Felizardo os “cuidava”, revelando um tipo de memória ambígua, que não apaga a violência, mas reconhece as estratégias indígenas de sobrevivência dentro das condições impostas pelo genocídio do ciclo da borracha.

Esses patrões se destacaram por reunir grandes contingentes de indígenas e passaram a exercer influência nas dinâmicas interétnicas da região. Os indígenas eventualmente ajudavam o patrão em conflitos por estradas de seringa ou com outros patrões. Com a chegada do aparelho administrativo estatal, Felizardo Cerqueira e Ângelo Ferreira receberam da Prefeitura o papel de promover a pacificação e catequese dos indígenas. Felizardo foi nomeado em 1906 Engenheiro Chefe da Comissão de Obras Federais e Ângelo Ferreira com frequência trabalhava em nome da Prefeitura. Ambos protegiam seringueiros dos ataques de indígenas e intervinham evitando as represálias aos grupos indígenas e a dizimação de aldeias, em favor do estabelecimento de relações amenas com as chefias, visando garantir os objetivos do governo e melhorar a capacidade produtiva dos seus seringais por meio da cessão dos conflitos.

O caso de Mâncio Lima, patrão do Seringal Aurora e da Fazenda Barão do Rio Branco, no rio Moa, apresenta semelhanças com a história de Ângelo Ferreira e Felizardo Cerqueira. Na primeira década do século XX, Mâncio Lima comandou expedições que resultaram na “pacificação” dos Puyanawa, sendo posteriormente também nomeado auxiliar e delegado do SPILTIN.

O amansador amansa, o patrão manda, e o delegado faz o mesmo, recebendo a legitimidade estatal. Essa ascensão revela um processo de institucionalização da mediação interétnica, no qual agentes locais tornam-se representantes legítimos, ao menos aos olhos do aparato estatal, do controle sobre as populações indígenas. A função de delegado constitui, portanto, o ápice de uma carreira construída na transição da coerção privada para a autoridade pública.

Esse conjunto de estratégias mencionadas possibilitou a reunião de grupos indígenas que acompanhavam os seringalistas e a criação gradual de barracões em várias localidades, tornando a exploração da seringueira uma força centrípeta fisicamente localizada no barracão e nas estradas de seringa, onde se reuniram remanescentes de aldeias dizimadas pelas epidemias e pelos colonizadores, negociavam chefias indígenas e patrões, em uma reciprocidade movida pela troca de serviços e mercadorias. Esse contexto também promoveu o convívio próximo de algumas etnias e o estabelecimento de alianças e matrimônios entre elas.

O contexto do seringal promoveu a aceleração das fusões e fissões entre os grupos que, após as expedições de captura e o extermínio étnico das correrias, se viram significativamente reduzidos e impactados por doenças como sarampo, gripe, coqueluche, tuberculose. Os remanescentes se reuniam em torno dos patrões. Unidades étnicas desestruturadas puderam se fundir umas às outras, agora em contextos distintos das guerras e alianças interétnicas. Hoje essas identidades se cristalizam, formando unidades étnicas definidas dentro de lógicas relacionais próprias da contemporaneidade. Ao pesquisar com os Yawanawa, observei que todos se reconhecem como Yawanawa, apesar de lembrarem das origens mistas de seus pais com outros povos como Arara, Kamanawa, e Iskunawa. Essa identificação étnica é moldada pelas alianças históricas que promoviam a mobilidade entre os grupos regionais.

Desde o seringal que os Yawanawa não fazem mais guerra com outros povos, mas antigamente era assim mesmo, raptavam as mulheres, matavam os homens, todos os povos que são dessa região aqui viviam assim (Kateyuve Yawanawa).

A rápida reorganização de territórios incitada pelo conflito e o estabelecimento de um sistema de reciprocidades com base na troca de serviços caracterizam o primeiro período de convívio entre indígenas e patrões. As dinâmicas que antes eram promovidas pelas guerras e alianças foram pouco a pouco reduzidas pela empresa seringalista, que de fato exerceu uma força centrípeta que captou a vida das etnias, levando às reconfigurações sociais e espaciais às quais nos referimos.

Retornando a história dos Yawanawa, com as sucessivas quedas do valor econômico da borracha, os Cariocas abandonaram a produção em 1968, venderam o seringal Caxinauá a Pedro Correia, que em seguida vendeu a Altevi Leal que passou a arrendar as terras. A diminuição da mão de obra disponível para a extração da borracha acarretou mudanças nas relações entre o grupo e os seringueiros.

Os Yawanawa e outras etnias, “índios amansados” na perspectiva dos gerentes, passaram a ser “recrutados” para trabalhos independentes, como seringueiros. Para os indígenas essa também era a única opção que restava para adquirir os bens que há mais de 50 anos já faziam parte da vida cotidiana. Pouco tempo depois de estar em posse de Altevi Leal, a constante queda do valor econômico da borracha favoreceu o abandono da atividade e a venda de terras na região do Acre, agora povoada ao longo das décadas anteriores por causa da mesma razão econômica. Altevi, que era um dos maiores proprietários de terra deixou de arrendar os seringais da região e os vendeu à Paranacre em 1974, ano também do falecimento de Antônio Luiz e começo da chefia pelo seu filho primogênito Tuin Kuru, Raimundo Luiz.

Entre outros compradores dos 70 seringais de Altevi, estava uma empresa pecuarista e madeireira do Paraná, a Paranacre, que comprou 450 mil hectares de terra abrangendo os rios Tarauacá, Gregório e Acuráua, até suas cabeceiras, instalando sua sede no São Vicente, local onde a BR 364 corta o rio Gregório (Ribeiro, 2005, p. 157).

Ahh no tempo da PARANACRE mesmo, todos endividados, trabalhando com seringa dia e noite. Foi um tempo difícil, faltava muitas coisas, as crianças adoeciam muito. Difícil para todos nós porque fazíamos o trabalho dos seringueiros e os patrões não respeitavam nossas lideranças. Hoje ninguém mais corta seringa, nossos jovens trabalham com a cultura (Zé Gomes Yawanawa).

Além dos conflitos com os “gerentes”, aconteceram mudanças significativas nas relações de trabalho. Se antes eram mediadas pelo líder, a partir de então se tornaram individuais ocasionando a mudança de muitas famílias que se dispersaram pelas redondezas em busca de colocações mais produtivas.

A conjuntura que então se desenvolvia intensificou violências e arbitrariedades contra os indígenas, favorecendo a ocultação de identidades, a cabocliização intencional, estratégia já conhecida em outros contextos coloniais e acionada como forma de manejar as lógicas de alteridade do mundo não indígena. Ao se apresentarem como “caboclos”, muitos ocultavam identidades específicas e aproveitavam uma categoria social que lhes oferecia maior margem de circulação, negociação e sobrevivência dentro dos seringais. Essa capacidade de ler e manipular os códigos coloniais a seu favor era uma das táticas para assegurar a sobrevivência.

4. “Levar a Civilização aos Índios”: Política Indigenista Republicana no Acre

A atuação do Estado brasileiro na proteção aos povos indígenas revelou-se estruturalmente insuficiente, mesmo após a criação do SPI e, posteriormente, da FUNAI. Essas instituições surgiram numa conjuntura subordinada à política de desenvolvimento nacional, que via a questão indígena como parte da integração territorial e do desenvolvimento do Brasil. O SPI, ao longo de sua trajetória, foi parte de diversos ministérios, incluindo Agricultura, Indústria e Comércio, Trabalho e Guerra, sempre associado ao modelo integracionista e ao impulso modernizador positivista.

Embora a relação do Estado com os povos indígenas tenha se transformado, passando a privilegiar políticas de contato pacífico e proteção, a ideologia positivista de “levar a civilização aos indígenas” representava

apenas um desdobramento contemporâneo de um modelo político-econômico colonial e tutelar (Carneiro da Cunha, 2012) especialmente se considerarmos os conflitos de interesses no que se refere aos recursos e territórios. O SPILT, criado em 1910, afirmava o respeito aos indígenas como povos com direito a serem eles próprios, representando um avanço na política indigenista. Apesar de em algumas circunstâncias se oporem à catequese tradicional, o SPI, fundamentado no positivismo, acreditava em uma missão: levar o “progresso” às populações indígenas, para que alcançassem a civilização mais rapidamente, com o auxílio do Estado. Para isso realizavam frentes de atração e pacificação utilizando-se de estratégias antigas, como deixar nos caminhos de contato objetos industrializados e presentear as chefias, com intuito de reduzir os conflitos armados e assim acelerar a ocupação territorial.

Ainda reconhecendo o trabalho do órgão, o documento de fundação do SPI, o Decreto nº 8.072, expõe os indígenas como humanos ao nível de seres irracionais, inferiores e fracos e que cabe ao governo republicano guiá-los sem violência do estado de selvageria para civilização, encaminhando os primitivos nessa direção por meio da integração a atividades produtivas favoráveis ao desenvolvimento da nação. Consta em Melo (2011) que dentre as razões para a criação do SPI apontadas pelo Ministro da Agricultura Rodolfo Miranda:

Não pode, porém a República, permanecer na imobilidade com que tem assistido, em muitos casos, ao massacre de índios e a sujeição a um regime de trabalho semelhante ao cativo, porque lhe é indiferente saber até que ponto pode coadunar-se com a lei e as responsabilidades de governo a doutrina que os colocou ao nível dos seres irracionais. Incumbe-lhe, ao contrário, velar por eles, guiá-los prudentemente, sem violência, porque, se são inferiores e fracos, mais iniludível é o dever de os defender contra os privilegiados e fortes (Melo, 2011, p. 406).

A chegada do Governo Federal na região, a criação do Acre e a instituição da Prefeitura do Alto Juruá repercutiriam nas dinâmicas locais. Os padrões seringalistas que já agregavam indígenas “amansados” foram em seguida nomeados funcionários pela Prefeitura do Alto Juruá, que lhes atribuiu a responsabilidade de levar adiante a pacificação e catequização dos índios.

Como afirma Iglesias

a “proteção” e “civilização” dos índios estariam inseridas em um projeto mais amplo do governo federal para a região, visando a institucionalização do poder público, a integração territorial, o controle de zonas fronteiriças, a regulação das relações de trabalho nos seringais, o alargamento da utilização dos recursos naturais, uma maior arrecadação de impostos e a promoção de novos fluxos migratórios (Iglesias, 2008, p. 9).

A atuação do Estado na região que hoje corresponde ao Acre começa se estabelece após a ocupação por trabalhadores ligados a casas aviadoras de Belém e Manaus. A descoberta de *Hevea brasiliensis* no Alto Juruá acelerou a ocupação, atraindo trabalhadores peruanos e brasileiros. O Estado brasileiro então criou o departamento do Alto Juruá, que compreendia Cruzeiro do Sul e Tarauacá, tendo como primeiro prefeito o Coronel Thaumaturgo de Azevedo.

Devido aos atritos entre nativos e colonizadores que dificultavam a economia da borracha, as preocupações da Prefeitura incluíam o estabelecimento do poder público, o aproveitamento econômico, o delineamento das fronteiras Peru-Brasil e a “proteção” e “civilização” dos indígenas. Em um contexto de “correrias” e invasões nos seringais por indígenas, as primeiras práticas governamentais de “proteção” aos indígenas foram iniciadas na região pelos prefeitos Thaumaturgo de Azevedo e Manuel Bueno de Andrada. Segundo Iglesias (2008), a Prefeitura e da Comissão de Obras Federais promoveu

a denúncia das “correrias”, iniciativas contra a “escravização” de indígenas e o estabelecimento de acordos com certos proprietários dos seringais, visando “pacificar” a região, “proteger” os indígenas, fazer cessar as “correrias”, bem como evitar “represálias” dos índios e desencorajar a continuidade de conflitos entre diferentes grupos (Iglesias, 2008, p. 148).

Thaumaturgo de Azevedo propôs a Lei do Trabalho que buscava entre outras questões normatizar as relações entre indígenas “pacificados”, “civilizados” e os patrões seringalistas, com o objetivo de inserir o Estado no controle das relações entre indígenas e patrões, frequentemente relatadas como trabalho escravo. O prefeito propôs também o estabelecimento de reservas indígenas sob a tutela de educadores (religiosos, militares, educadores) legitimados para “educar” e “civilizar pelo trabalho”, algo que nunca se efetivou no Acre, mas que estaria presente nas propostas de representantes do SPILTIN nos anos iniciais de atuação. Após a pacificação, o ensino de ofícios manuais, da língua portuguesa e do trabalho agrícola orientado para atender às demandas do mercado constituíram o passo seguinte.

Dito isso, pode-se concluir que a política de Estado do século XX, de modo muito semelhante ao que ocorreu durante o projeto colonial, buscava estratégias para proletarianizar as populações indígenas, moldando-as aos interesses nacionais de expansão econômica e territorial. Similar ao fundamento religioso que caracterizava o trabalho missionário do período colonial, tais iniciativas de caráter positivista continuaram a operar como mecanismos de catequese e disciplinamento. O SPI mantinha um forte componente doutrinário, no qual a teologia missionária foi substituída pela retórica do nacionalismo e do progresso civilizatório.

É possível identificar que o poder seringalista se consolidou na região muito antes da atuação efetiva do Estado de modo que em 1905, quando Thaumaturgo intencionava construir a ligação terrestre entre Cruzeiro do Sul e Tarauacá decidiu contratar o seringalista Ângelo Ferreira que, “como ‘amansador de índios’, pois tinha reunido consigo cerca de 150 índios ‘mansos’” (Iglesias, 2008). Por indicação de Ângelo, Felizardo Cerqueira também passaria a prestar serviços à prefeitura e Comissão de Obras Federais, estabelecendo o elo entre a empresa seringalista e a atuação governamental que perduraria nas ações e propostas do SPILTIN. “A ‘catequese’ seria vista, assim, como diretriz de um plano para a ‘pacificação’ da região, pré-requisito para a abertura dessa estrada e, por meio dela, para o desenvolvimento do Território” (Iglesias, 2008, p. 189).

Com o estabelecimento da Inspetoria do Acre, a breve atuação do SPILTIN deu continuidade às propostas em andamento. No Alto Juruá, um inspetor e dois auxiliares, com o apoio de indígenas “mansos”, seringueiros e patrões, faziam os levantamentos do SPILTIN. Propostas foram elaboradas para reunir os indígenas em “postos”, acalmando as queixas dos patrões sobre ataques de “índios brabos”. O inspetor Bento Lemos propôs a criação de colônias agrícolas autossuficientes onde os nativos seriam educados e “sedentarizados” por funcionários do órgão, garantindo convivência pacífica e gradual inserção na sociedade.

Em um ano, a Inspetoria foi encerrada, e a região do Juruá ficou a cargo do SPILTIN de Manaus. Sem funcionários na área, o SPILTIN nomeou patrões seringalistas como “delegados de índios”, encarregando-os da tutela dos nativos, garantindo-lhes direitos territoriais e proteção em conflitos (Iglesias, 2008; Freire 2009). Esses delegados enviavam relatórios e recebiam diretrizes de Manaus. Segundo Iglesias (2008), essas nomeações fortaleceram a dominação dos patrões sobre as famílias indígenas em suas propriedades.

Com a crise da borracha chegou à redução do número de seringueiros e a queda do valor de mercado local, o que resultou em mudanças no modelo de subsistência e ocupação. Mais seringalistas passaram a incorporar indígenas na produção e a diversificar atividades com a criação de gado e agricultura de subsistência. A ausência do SPI nos anos seguintes permitiu a continuidade dos vínculos entre patrões e grupos indígenas, como os Yawanawa de Ângelo Ferreira e Antônio Carioca e os Kaxinawa de Felizardo Cerqueira. Por décadas, a reduzida atuação do SPI tornou os “delegados de índios” responsáveis pela ação governamental na região.

Renato Athias (2002) destaca que tanto o SPI como a FUNAI estavam subordinados ao projeto integracionista do governo brasileiro, que dificultava a consolidação dos direitos indígenas à terra e o reconhecimento de suas identidades. A FUNAI, parte do Ministério de Desenvolvimento, seguia seus planos para a floresta amazônica, considerada uma região de grande “vazio demográfico”. Os indígenas eram considerados inferiores e obstáculos ao progresso, uma visão evolucionista ainda prevalente na década de 1970.

Após a extinção do SPI e do Conselho NCNI em 1967, foi criada a FUNAI para assumir suas funções, com a Lei n.º 6001 de 1973 representando uma mudança na política indigenista. Essa legislação trouxe novos parâmetros ideológicos e jurídicos, que posteriormente impactaram na vida dos povos indígenas em escala nacional. Com a ausência de uma atuação efetiva do SPI e, posteriormente, da FUNAI, o convívio direto entre os povos indígenas e a empresa seringalista permaneceu até a chegada do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Comissão Pró-Índio (CPI-AC), no final da década de 1970. É nesse momento que se inicia o “tempo dos direitos”, período marcado pela ruptura com o sistema de cativo da borracha e pela emergência de processos de afirmação étnica que ganharam força nas décadas subsequentes.

O CPI-AC desempenhou um papel decisivo ao realizar o mapeamento sistemático das povoações indígenas da região, contribuindo para a identificação dos grupos e para a visibilidade de suas histórias. Ao mesmo tempo, fomentou redes de articulação sociopolítica voltadas à garantia dos direitos territoriais. A criação de organizações indígenas possibilitou o rompimento com o modelo de tutela e dependência. Esse período marca, portanto, uma mudança fundamental: a passagem de uma ordem baseada na coerção e na dependência para um espaço em que os povos indígenas passam a reivindicar seus territórios, identidades e projetos de bem viver comum.

5. Considerações finais

O Acre é o ponto final de uma frente expansionista que delineou as fronteiras do Brasil, onde podemos constatar o desdobramento e as reconfigurações de um modelo de expansão econômica e política herdados do período colonial, reelaborado pela República em novos arranjos institucionais, embora conservando os mesmos objetivos e práticas.

A formação do Acre é marcada por uma trama de interações entre colonos, povos indígenas e o governo brasileiro. A análise desse percurso histórico evidencia que as frentes migratórias, a instalação dos barracões e a expansão da economia da seringa constituem um momento de profunda reconfiguração social e espacial. Não se trata, contudo, de uma narrativa em que agentes externos, Estado, patrões e colonos, simplesmente “amassam” e incorporam populações indígenas em seus projetos. Os povos indígenas também inseriram esses agentes não indígenas em seus próprios sistemas relacionais, acionando estratégias ativas de mediação, redefinição de alianças e reorganização territorial.

Longe de serem receptores passivos das transformações impostas pela economia da borracha, os grupos indígenas mobilizaram seus regimes próprios de sociabilidade, seus princípios sociopolíticos para negociar e estabelecer fronteiras, mantendo assim as condições de continuidade de seus mundos. Ao adentrarem nos territórios indígenas, o patrão e o seringal abriram um campo complexo de encontros e conflitos, em que diferentes perspectivas e regimes de alteridade se enfrentam e se reinventam.

A introdução de políticas indigenistas pelo Estado, que tinha como objetivo a proteção e a integração dos indígenas, foi uma abordagem tutelar e expansionista sem êxito, sempre subordinada aos interesses políticos e econômicos da nação. Com várias estratégias tentaram apagar identidades, criar cidadãos impondo novos costumes, para então apropriar-se do território. No entanto, fracassaram em dobrar as lógicas nativas, que em sentido inverso seguem entrelaçando o alheio com seus próprios mundos, indigenizando a contemporaneidade e reestabelecendo o bem viver.

NOTAS

¹ O termo “Katukina” não parece ter qualquer vínculo com o passado do povo e sim advir do novo contexto de convívio com o seringal. Os “Katukina” eram conhecidos como índios mansos. A primeira fonte histórica que define a especificidade étnica dos Noke Koi foi Tastevin, que fez algumas notas de caráter etnográfico sobre o grupo, identificando também suas autodenominações.

² Na realidade, a queda do valor econômico da borracha brasileira ocorreu nas primeiras décadas de exploração, mas conjunturas políticas favoreceram a permanência de brasileiros no negócio. O boom sul-americano da borracha despencou em 1912, quando a Amazônia perdeu sua posição privilegiada no mercado. Trinta e seis anos antes, um inglês chamado Henry Wickham contrabandeou para fora do Brasil sementes de *Hevea brasiliensis*, a espécie mais popular de seringueira da Amazônia. Essas sementes foram cultivadas em Kew Gardens e posteriormente plantadas na Malásia, de clima tropical. Ali, livres de seus inimigos naturais, as árvores foram plantadas em fileiras, sem risco de destruição por pragas, como provavelmente teria ocorrido na América do Sul. Além disso, a força de trabalho na Malásia era barata, prontamente disponível e mais facilmente controlável. A eclosão da Segunda Guerra Mundial e os incentivos governamentais reforçaram a importância estratégica da produção de borracha na região (Dean, 1989).

³ Em Tastevin consta que Ângelo Ferreira teria amansado, “sobretudo Yawanawas (javali americano), Iskunawas (pássaro cássico amarelo) e Rununawas (jibóias): encontram-se ainda Eskinawas (colibris), Vamunawa (vamu seria equivalente a yawa), Vuinawas (vui é o mesmo passaro que isku) e Chanes ou Chandenawas (pequeno pássaro azul) assim como escravos da tribo dos Jaminawa (Carneiro da Cunha, 2009, p. 187).

⁴ Manuela Carneiro da Cunha ressalta que é “significativo que dois eventos fundamentais a gênese do homem branco e a iniciativa do contato - sejam frequentemente apreendidos nas sociedades indígenas como o produto de sua própria ação ou vontade (Carneiro da Cunha, 2012, p. 24)”. Quando retornei do campo e reli essa constatação pude associá-la a memória da história do contato Yawanawa. Ouvi algumas vezes a história que conto a seguir, primeiramente por Matsini, iniciado nos saberes xamânicos que vive no Mutum e que já havia viajado pela Europa para realização de cerimônias tradicionais e participação em conferências. Depois, em momentos distintos e a meu pedido Nixiwaka e Vinnya me contaram novamente a história de um pajé ancião chamado Mukaveine. Num dado momento o ancião se encontra próximo ao rio e vê um neto seu capturando um pequeno pássaro para comer. Por alguma razão, isso lhe faz pensar sobre a ideia de escassez de alimento, o que despertou nele o desejo de fazer algo pelos seus familiares. Já perto de sua morte reúne seus parentes e pergunta se querem que ele abra o caminho para caça e pesca abundante. Os homens dizem que não porque as pessoas seriam fracas e se a caça fosse abundante as mulheres não se casariam com eles. Então Mukaveine diz

que existe um povo que nunca conheceram vivendo muito longe e propõe abrir o caminho por onde viriam essas pessoas. Segundo ele, esse povo chegaria pelas águas e eram grandes guerreiros, viriam em grande número como formigas. O ancião recomenda fazer alianças com eles, casar-se com suas mulheres e não guerrear porque eram muito belicosos e poderiam dizimar toda a aldeia. Os parentes aceitam e no dia da morte de Mukaveine ocorreu um grande estrondo no horizonte distante, ruído que foi interpretado como a abertura do caminho. De acordo com essa história o *nawa* foi incorporado ao grupo, inclusive previsto e desejado.

⁵ Os Yawanawa dividem sua história em diferentes períodos: o “tempo das malocas”, quando apenas etnias indígenas habitavam a floresta, seguindo um calendário agrícola e a sazonalidade da caça e da pesca; o “tempo dos patrões”, quando passaram a trabalhar para os patrões; o “tempo do cativo”, quando seu território foi vendido com eles dentro, período também chamado de escravidão; o “tempo dos direitos”, marcado pela delimitação do território e pela retirada dos missionários; e, por fim, o “tempo da cultura”, correspondente aos dias atuais, momento de crescimento demográfico e de fortalecimento cultural entre os mais jovens.

⁶ O termo “nawa” é polissêmico e refere-se a relações que podem se estender desde o indivíduo dentro de sua própria aldeia até povos totalmente desconhecidos. Ao mesmo tempo, funciona como um marcador diferenciador e integrativo, ao situar o indivíduo na coletividade Pano. Nas relações interétnicas, “nawa” aparece na nomeação de grupos vizinhos que habitam um mesmo território e que, sejam aliados ou inimigos, compartilham substâncias por meio dos matrimônios resultantes das dinâmicas de guerra e aliança. A categoria *nawa* enquanto “estrangeiro” também é estendida a povos de outras origens como Tupi, Arawak e posteriormente passou a designar os colonizadores, incorporados ao sistema indígena de diferenciação e alteridade.

⁷ Os Huni Kui ficaram conhecidos como Kaxinawá devido a um etnônimo atribuído por outros povos indígenas, sobretudo Pano vizinhos, e posteriormente reproduzido pelos seringueiros, missionários e pelo Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aquino, T. V. de, & Iglesias, M. M. P. (1994). *Kaxinawá do rio Jordão: História, território, economia e desenvolvimento sustentado*. Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC).

Athias, R. (2002). Temas, problemas e perspectivas em etnodesenvolvimento: uma leitura a partir dos projetos apoiados pela OXFAM (1972–1992). In A. C. Souza Lima & M. Barroso-Hoffmann (Orgs.), *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: Bases para uma nova política indigenista* (pp. 49–86). Contra Capa Livraria/LACED.

Bezerra, M. J. (2005). *Invenções do Acre: De território a Estado – um olhar social* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11072007-105457/publico/TESE_MARIA_JOSE_BEZERRA.pdf

Bomfim, V. (2021). *Da Amazônia para o mundo: Ayahuasca, xamanismo e o renascimento cultural Yawanawa*. Dialética.

Carneiro da Cunha, M. (2009). *Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá*. Museu do Índio/FUNAI.

Carneiro da Cunha, M. (2012). *Índios no Brasil: História, direitos e cidadania*. Claro Enigma.

Chandless, W. (1864). On the Purús, a river of Western Brazil. *Journal of the Royal Geographical Society*, 34, 1–23. <https://doi.org/10.2307/1798493>

Cunha, E. da. (2015). *À margem da história*. Fundação Biblioteca Nacional/Departamento Nacional do Livro.

Dean, W. (1987). *Brazil and the struggle for rubber: A study in environmental history*. Cambridge University Press.

Freire, C. A. da R. (Ed.). (2009). *O SPI na Amazônia: Política indigenista e conflitos regionais (1910–1932)* (2.^a ed.). Museu do Índio.

Freire, C. A. da R. (Org.). (2011). *Memória do SPI: Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910–1967)*. Museu do Índio/FUNAI.

Iglesias, M. M. P. (2008). *Os Kaxinawá de Felizardo: Correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].

Martins, E. (1981). *Amazônia, a última fronteira*. Codecri.

Melo, J. R. de. (2011). O SPI no Amazonas: 1910–1932. In C. A. da Rocha Freire (Org.), *Memória do SPI: Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910–1967)* (pp. 152–165). Museu do Índio/FUNAI.

Ribeiro, M. W. T. (2005). *Uma tribo vai ao mercado: os Yawanawá, sujeitos ou objetos do processo?* [Tese de doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro]

Rodríguez, E. M. (2016). *Correrias: Índios, caucheiros e seringueiros (Acre, 1942–1983)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Amazonas].

Souza, C. A. A. de. (1992). *História do Acre*. Editora M. M. Paim.

Tocantins, L. (1979). *Formação histórica do Acre* (4.^a ed., rev. e ampl.). Civilização Brasileira.

Urbano da Encarnação, M. (1902). Carta sobre costumes e crenças dos índios do Purús, dirigida a D. S. Ferreira Penna. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia*, 3(1–4), 94–97.

Vinnya, A. L., Ochoa, M. L. P., & Teixeira, G. de A. (Orgs.). (2006). *Costumes e tradições do povo Yawanawá*. Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC).